

Infodemia, desinformação e os enunciados performativos: como os editores podem enfrentar tais problemas

Infodemic, misinformation and the performative statements: how publishers can face such problems

Eli Lopes da Silva
<https://orcid.org/0000-0002-2950-8938>

Doutor em Educação. Faculdade Senac Florianópolis (Senac/SC) – Brasil.
eli.dasilva@prof.sc.senac.br

Nadi Helena Presser
<https://orcid.org/0000-0002-1585-117X>

Doutora em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Brasil.
nadihelena@uol.com.br

RESUMO

Neste editorial, procuramos abordar o fenômeno da desinformação como algo que põe em risco os próprios regimes democráticos. A facilidade de produção e disseminação da informação, propiciada principalmente pelo acesso à internet e as tecnologias que dela se utilizam, permite que grandes volumes de informações tanto verdadeiras quanto falsas possam circular livremente pelas redes. Abordamos o fenômeno da desinformação como algo que se opõe à *parresía*. Indicamos a gravidade da desinformação não apenas pela falsidade que carrega, mas pela dificuldade de se desfazer com o tempo. Apontamos o problema do sujeito se valer de seu Estatuto para pronunciar enunciados performativos em favor da desinformação. Como contribuição trazemos alguns apontamentos para os editores de periódicos científicos combaterem os problemas advindos da *infodemia*, desinformação e enunciados performativos.

Palavras-chave: *Infodemia*. Desinformação. Enunciados performativos. *Parresía*. Ética e integridade.

ABSTRACT

In this editorial, we seek to address the phenomenon of disinformation as something that endangers democratic regimes themselves. The ease of production and dissemination of information, provided mainly by access to the internet and technologies that use it, allows large volumes of information, both true and false, to circulate freely through networks. We approach the phenomenon of disinformation as opposed to *parresía*. We indicate the seriousness of disinformation not only because of the falsehood it carries, but also because of the difficulty of removing it over time. We highlight the problem of the subject using his Statute to pronounce performative statements in favor of disinformation. As a contribution that we bring some notes for the editors of scientific journals to combat the problems arising from *infodemic*, misinformation and performative statements.

Keywords: *Infodemic*. Disinformation. Performative statements. *Parresia*. Ethics and integrity.

Em uma publicação de autoria do *Department of Global Communicatons* (DGC, 2020) em página da ONU, o órgão aponta que estamos vivendo neste ano de 2020 não apenas uma pandemia, mas uma *infodemia*, que se constitui em quantidade excessiva sobre um problema a tal ponto que torna difícil identificá-lo ou entendê-lo.

Akers *et al.* (2018) elucidam os termos *disinformation versus misinformation*. Enquanto este último, que pode ser entendido como informações erradas – daí o prefixo *mis* de *mistake* ou erro – são informações divulgadas de forma errada, mas não intencional; o primeiro tem o propósito de enganar – a desinformação.

A transmissão do vírus tem uma certa potência, mas está limitada ao convívio físico, à presença. Por outro lado, a transmissão das informações falsas, propiciadas graças à internet e os meios de comunicação ou aplicativos que dela se utilizam, é potencialmente muito maior porque não depende desse contato. O meio de transporte utilizado pela informação é extremamente mais rápido que o utilizado pelo vírus.

A desinformação traz outro problema grave: a continuidade de uso da informação falsa mesmo quando ela é retratada pelo próprio autor original. Isso pode ser visto nos relatos de Lewandowsky *et al.* (2012) que mostraram o problema em 1998 no Reino Unido que fez ligação do uso das vacinas comuns aplicadas na infância ao autismo. Como mostram os autores, em pesquisas posteriores, mesmo após a estudo inicial ter sido desmentido, as pessoas continuaram a fazer ligação entre o autismo e a vacina. Outro exemplo apresentado pelos autores é de um enxaguante bucal produzido nos Estados Unidos que por cerca de 50 anos fez propaganda indicando que o produto também combatia dores de garganta, embora a eficácia não tenha sido comprovada. A câmara de comércio do país não apenas suspendeu a propaganda como exigiu da empresa retratação. Durante 16 meses a empresa fez anúncios mostrando que estava equivocada. Ainda assim, muitos americanos ainda fazem alusão do produto à solução do problema de garganta. Há um custo social da desinformação, pois “se a maioria acredita em algo que é factualmente incorreto, a desinformação pode formar a base para decisões políticas e sociais que vão contra os melhores interesses da sociedade” (LEWANDOWSKY *et al.*, 2012, p. 107).

Consideramos que dois grandes grupos são afetados diretamente pela desinformação: um se constitui dos ignorantes, termo que utilizamos aqui não no sentido pejorativo, mas na própria concepção do verbo – ignorar – que significa não ter conhecimento sobre o assunto. O outro grupo é aquele que, embora tenha conhecimento sobre a notícia falsa e sabe que ela o é, dissemina ou tenta acreditar nela, porque é um bajulador de quem propaga ou defende a ideia falsa. A bajulação, quando realizada por meio da mentira, é o oposto da *parresía*, termo de origem grega utilizado por Foucault (2010) para indicar a fala franca, a coragem de dizer a verdade. Dizer a verdade para interlocutores como Dionísio, tiranos que se enfurecem com ela, é um risco para o locutor, pois “não há *parresía* e, por conseguinte, não haverá bom ajuste entre democracia e dizer-a-verdade, se há ameaça de morte pesando sobre a enunciação da verdade” (FOUCAULT, 2010, p. 167). Uma democracia somente subsiste em um discurso verdadeiro.

Vários aspectos contribuem para a disseminação de notícias falsas, que, do ponto de vista tecnológico, são propiciadas com os seguintes fatores, pontuados por Akers *et al.* (2018):

- Democratização da criação de conteúdo: os usuários não dependem mais de grandes produtores para criar seu próprio conteúdo. Existem inúmeras ferramentas que transformam o leitor em produtor.
- Ciclo rápido de notícias e incentivos econômicos: os ganhos de receitas geradas com anúncios tornam a publicação interessante do ponto de vista econômico.
- Alcance amplo e imediato: conteúdos gerados localmente têm um alcance global.

- Filtros ou bolhas criadas intencionalmente: os chamados “filtros bolhas” são os filtros baseados na experiência do usuário.
- Curadoria algorítmica e falta de transparência: algoritmos que definem o conteúdo a ser exibido em *feeds* de notícias; programas que determinam a ordem das postagens para um usuário, dentro outros fatores.
- Escala e anonimato de conta *on-line*: quem espalha desinformação se aproveita do anonimato possível, principalmente por meio de uso de *bots* (robôs).

Em relação aos leitores, Akers *et al.* (2018) citam que os usuários muitas vezes se baseiam na confiança que possuem em alguém em particular que veicula a informação, em detrimento do conteúdo veiculado. Do ponto de vista tecnológico, os autores pontuam que é fácil utilizar a tecnologia indiscriminadamente para torná-la algo ruim. A tecnologia sozinha não cria o problema, da mesma forma que sozinha ela não resolve, definem os autores.

A pandemia COVID-19, como mostra Starbird (2020) é uma tempestade perfeita para disseminação da desinformação, pois ela aguçou os esforços coletivos para criação de sentido, o que nos deixou mais vulneráveis à crise de informação. Como pontua a autora, “de *trolls* russos a agentes políticos partidários e vigaristas médicos, não faltam maus autores que buscam alavancar a crise para fins políticos e financeiros” (STARBIRD, 2020, tradução nossa).

Um dos caminhos que apontamos para a diminuição dos problemas gerados pela *infodemia*, principalmente a *disinformation* é a criação de políticas públicas que punam efetivamente os responsáveis pela sua disseminação. O problema é quando pessoas que legislam ou executam tais políticas são as primeiras a provocar desinformação. Nesse caso, a máquina do Estado é utilizada para gerar **enunciado performativo** visando enganar a população, em razão sobretudo do **Estatuto do sujeito** que ocupa o cargo para pronunciar tais enunciados.

O **Estatuto do sujeito**, termo utilizado por Foucault (2010), diz respeito à posição que o sujeito ocupa, independentemente de ter condições, conhecimento ou relação com tal posição. Exemplo disso seria o cristão que diz “eu te batizo”, utilizando-se de seu estatuto para dizer isso, mesmo que não acredite em Deus; ou do presidente de uma sessão que diz “está aberta a sessão”, ainda que ele nem saiba de que se trata a sessão que está abrindo. O **enunciado performativo** é próprio do sujeito que se vale do estatuto do cargo que ocupa ou da função que exerce, para pronunciar uma fala que não tem, necessariamente, alguma relação com a verdade – a *parresía*. Portanto, contrário ao enunciado performativo, o enunciado *parresiástico*, como pontua Foucault (2010), liga o sujeito que pronuncia ao que é pronunciado e, por conseguinte, às consequências daquilo que pronuncia.

Se, por um lado, a tecnologia potencializa a disseminação de informações, sejam elas verdadeiras ou falsas, por outro lado, não é ela a causadora do problema, quando se trata de desinformação. Ainda que se criem mecanismos tecnológicos para barrar a desinformação, ou que se criem regras ou políticas públicas, em ambos os casos estamos lidando com a parte **lógica** da solução. Há que se considerar que os criadores de problemas são os humanos que lidam com as regras e com as tecnologias e, desse ponto de vista, estamos falando de questões **éticas**, que as regras (parte lógica) não vão resolver. E como as pessoas aderem a enunciados performativos e são enganadas por ele, é uma questão **estética**, ou seja, de sentimento de pertencimento. Assim, o tripé da *lógica – ética – estética* é que permite ou não tanto a criação dos problemas quanto suas possíveis soluções.

O fenômeno emocional da pós-verdade, que é justamente a atitude do indivíduo frente à verdade, tem como bases esses aspectos: um sujeito (locutor), que se vale do seu **Estatuto** para criar

enunciados performativos que apelam para o emocional do espectador (interlocutor), ou seja, uma questão **estética**. Essa afinidade criada entre espectador pré-disposto a acreditar em suposta verdade que não é propriamente a realidade, com locutores dispostos a manipulá-los, definem uma combinação perfeita. Para o processo de desinformação temos aí uma articulação infalível. Acrescentamos a isso o fato que a afinidade com a manchete da notícia faz com que as pessoas compartilhem a notícia sem mesmo ler seu conteúdo.

Recuero, Soares e Zago (2020) analisaram 159.560 *links* do Twitter entre março e julho de 2020 e identificaram grupos hiperpartidários defendendo uso de substâncias não recomendadas para tratamento do COVID-19. Na análise realizada pelos autores, entre os 100 endereços do grupo pró-hidroxicloroquina com maior circulação, 72 continham algum tipo de desinformação e 28 conteúdos foram verificados. Entre os 100 endereços de grupos anti-hidroxicloroquina, 7 continham desinformação e 93 conteúdos foram verificados.

Na pesquisa de Gabelkov *et al.* (2016 apud SCHWARZ; JALBERT, 2021), em uma análise de 2.8 milhões de notícias no Twitter, foi verificado que 50% delas foram compartilhadas sem mesmo terem sido abertas por quem as passou para frente. Schwarz e Jalbert (2021) mostram que há diferenças entre o que as pessoas utilizam como critério para definir o que é verdadeiro quando fazem uma avaliação **intuitiva** e quando fazem uma avaliação **analítica**. Enquanto na **avaliação intuitiva**, o que se leva em conta para definir a compatibilidade, a coerência, a credibilidade, o consenso e a evidência de uma informação são aspectos como: a familiaridade e a facilidade de entendimento; no caso da **avaliação analítica** os critérios de análise da informação são a comparação com fontes verdadeiras, se as fontes possuem competência no assunto, o que o grupo na área diz sobre o tema, se há uma avaliação por pares sobre o que foi publicado e se há aspectos que a tornam relevante.

Acreditamos que a avaliação intuitiva favorece à desinformação e concordamos com Schwarz e Jalbert (2021, tradução nossa) que: “infelizmente, a verdade é geralmente mais complicada que histórias falsas, as quais envolvem considerável simplificação. Isso coloca a verdade em desvantagem por ser mais difícil de processar, entender e lembrar”.

Diante do excesso de informações – a *infodemia* – que, conforme apontado, causa confusão no consumidor de conteúdo, temos visto uma situação controversa: muitas vezes, diante de um enunciado performativo que contradiz uma realidade, o sujeito, por uma questão de afinidade (ponto de vista estético), prefere aderir à performance ante a verdade. Exemplo disso é quando o sujeito vê uma imagem, mas acredita no pronunciamento de quem a apresenta, ainda que seja o oposto da realidade apresentada.

Publicar com ética e responsabilidade deve ser sempre o lema dos periódicos científicos, mas em tempos de *infodemia* e desinformação, a atenção deve ser redobrada. Embora seja o papel dos periódicos divulgar conhecimento científico e dar forma às linhas de pesquisa, como afirma Matias-Guiu (2020, tradução nossa), essas tarefas “não estão isentas do risco de conduta inadequada ou da criação de centros de poder, canais de influência e, às vezes, de um oficialismo que pode ser prejudicial para o avanço da ciência”.

A revista The Lancet publicou em seu editorial de setembro de 2020 um artigo intitulado “COVID-19: a stress test for trust in Science” (THE LANCET, 2020) cujo título já remete aos desafios que a ciência tem a enfrentar no período pós-pandêmico, não somente em relação à doença, mas à publicação científica em si.

Uma fonte importante sobre desinformação é o Código de Prática de Desinformação publicado pela União Europeia e assinado por várias plataformas como o Facebook, o Twitter, TikTok, dentre outros (EUROPEAN COMMISSION, 2018). Entre os compromissos que os signatários assumem e

que consideramos mais relevantes e consoantes à publicação científica está a capacitação ou empoderamento das comunidades de pesquisa, com mecanismos como a criação de esforços para possibilitar o rastreamento de informações falsas e a criação de eventos anuais para discussão do tema. Nessa linha da criação de eventos, há também a perspectiva apresentada por Muriel Torrado (2020, grifo do autor) que sugere aos profissionais que eles possam “se **especializar** contra a desinformação e **formar redes** com outros colegas para lutar em conjunto”.

Com essa discussão apresentada até aqui, gostaríamos de apresentar alguns apontamentos que respondem à questão do título deste editorial: **como editores de periódicos científicos podem contribuir para minimizar problemas advindos da Infodemia, desinformação e enunciados performativos?**

Os editores podem **incentivar a publicação** de artigos que visam **esclarecer**, do ponto de vista das áreas onde publicam, aspectos como:

- Anticiência: o que é considerado científico na área de atuação do periódico e o que pode ser visto como anticiência? Existem publicações da área que precisam ser retratadas por promoverem a anticiência? Artigos nesta linha poderiam trazer para o periódico e para a comunidade da área esclarecimentos sobre os problemas enfrentados neste aspecto. Da mesma forma, artigos que promovam a discussão do que é considerado científico na área e das formas de se fazer ciência, dos procedimentos metodológicos considerados relevantes, das novas formas de se pesquisar na área, entre outros aspectos.
- Negacionismo: da mesma forma que o aspecto anterior (anti ciência), qual o ponto de vista da área sobre negacionismo? De que forma a área tem sido prejudicada ou sido colocada à prova pelo negacionismo?
- Desinformação: artigos que abordem a desinformação na área e de que forma ela pode ser combatida. Quais os órgãos que representam a área e que podem ajudar no combate à desinformação? Quais os resultados obtidos nesse sentido?

Na contramão, os editores precisam **evitar a publicação** de artigos que, de alguma forma, apresentem aspectos como:

- Preconceito de qualquer espécie, incluindo o preconceito com outras áreas. Artigos que tratam a área de conhecimento para a qual foram escritos como superiores às outras é tão preconceituoso quanto a afirmação de qualquer outro tipo de superioridade.
- Promoção de qualquer tipo de ódio.
- Credibilidade duvidosa quanto à autoria, aos métodos e, principalmente, em relação aos dados que foram utilizados.

Por fim, algumas recomendações que fazemos dizem respeito à **ética e integridade** do periódico científico que podem, de certa forma, evitar problemas de falta de informação:

Sobre a **autoria**: um ponto ético importante é a questão da autoria. Muitas publicações possuem autores que não contribuíram com a publicação. Quando um autor insere um coautor por motivos diferentes que não tem a ver com a participação na publicação, é um problema ético. Por exemplo quando a pessoa entra na publicação porque é o chefe do departamento da pesquisa, porque é amigo do autor ou mesmo porque participa da autoria de outros trabalhos com o autor que não tem a ver com o artigo publicado. Uma dica que damos é a ferramenta CRediT – Contributor Roles Taxonomy que lista 14 papéis de contribuição para a autoria: 1. Conceituação; 2. Curadoria de dados; 3. Análise formal; 4. Aquisição de informação; 5. Investigação (pesquisa); 6. Metodologia; 7.

Administração do projeto; 8. Recursos; 9. Software; 10. Supervisão; 11. Validação; 12. Visualização; 13. Escrita - original; 14. Escrita - revisão e edição (CASRAI, 2021).

Sobre a **revisão por pares**: a escolha dos revisores deve ir ao encontro das áreas específicas do artigo publicado. Os revisores precisam ser pessoas que consigam dar um parecer correto e ético sobre o tema. E, caso fique alguma dúvida para o editor sobre a revisão, seja porque a avaliação fez críticas que parecem infundadas ou seja porque o parecer não apresentou justificativas, é importante que mais avaliadores possam receber o texto para que haja uma comparação.

Sobre o **processo de avaliação**: é importante que os avaliadores tenham clareza sobre os aspectos a serem considerados na avaliação. Para tal um formulário de avaliação é fundamental. Este instrumento deve ficar disponível também para autores, pois eles precisam conhecer, *a priori*, os aspectos mais gerais sobre os quais seus trabalhos serão avaliados.

Sobre o **plágio**: intencional ou não, plágio é a apropriação de ideias indevidas e precisa ser evitado. É responsabilidade primeira do autor afirmar que não há plágio no trabalho, mas também é importante que editor e avaliadores verifiquem problemas dessa natureza.

Sobre o **conteúdo** publicado: aspectos como a clareza da informação, a exatidão, a preservação da confidencialidade (quando for o caso), e imparcialidade – na medida necessária - e a transparência sobre como foi realizada a pesquisa que resultado na publicação devem ser objeto de atenção.

Sobre a **divulgação** do conteúdo: a página do periódico (quando se trata de publicação *online*) precisa estar sempre disponível. A escolha das bases de dados para divulgação do conteúdo e a indexação precisa estar em dia.

Os editores são conscientes do papel que exercem e da responsabilidade com o que publicam. O que esperamos é que estejam sempre atentos também ao papel da ciência e da publicação científica, pois apostamos que no futuro ainda continuaremos podendo contar com a legitimidade na disseminação da informação por parte dos periódicos.

Os editores.

Eli Lopes da Silva e Nadi Helena Presser

REFERÊNCIAS

AKERS, John *et al.* **Tehcnology-Enabled Disinformation: Summary, Lessons, and Recommendations.** [2018]. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/1812.09383.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2020.

CASRAI. **CRedit – Contributor Roles Taxonomy.** Disponível em: <https://casrai.org/credit/>. Acesso em: 2 jan. 2021.

DGC. Department of Global Communcations. **UM tackles ‘infodemic’ of misinformation and cybercrime in COVID-19 crisis.** [2020]. Disponível em: <https://www.un.org/en/un-coronavirus-communications-team/un-tackling-%E2%80%98infodemic%E2%80%99-misinformation-and-cybercrime-covid-19>. Acesso em: 30 dez. 2020.

EUROPEAN COMISSION. **Code of Practice on Disinformation.** [2018]. Disponível em: <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/code-practice-disinformation>. Acesso em: 2 jan. 2021.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

LEWANDOWSKY, Stephan *et al.* Misinformation and Its Correction: Continued Influence and Successful Debiasing. **Association for Psychological Science**, v. 13, n. 3, p. 106-131, Sept. 2012.

MATIAS-GUIU, J. El papel del editor de una revista científica durante a pandemia del Covid-19. **Neurología**, v. 35, n. 4, p. 223-225, May 2020.

MURIEL TORRADO, Enrique. **A ética do profissional da (des)informação**. [2020]. Disponível em: <https://enriquemuriel.prof.ufsc.br/a-etica-do-profissional-da-desinformacao-video/>. Acesso em: 2 jan. 2021. [vídeo].

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; ZAGO, Gabriela. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre COVID-19 no Twitter. **SciELO Preprints**, ago. 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1154/1740>. Acesso em: 2 jan. 2021. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.1154.

SCHWARZ, Norbert; JALBERT, Madeline. When (fake) News feels true. *In*: GREINFENEDER, Raine *et al.* **The Psychology of Fake News**: accepting, sharing, and correcting misinformation. London: Routledge Taylor & Francis Group, 2021. *E-book*. cap. 5.

STARBIRD, Kate. **How to cope with an infodemic**. [2010]. Disponível em: <https://www.brookings.edu/techstream/how-to-cope-with-an-infodemic/>. Acesso em: 30 dez. 2020.

THE LANCET. COVID-19: a stress test for trust in Science. **The Lancet**, v. 396, n. 10.254, p. 799, 19 Sept. 2020.